

DRAUZIO VARELLA

ESTAÇÃO CARANDIRU

2ª edição
7ª reimpressão



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1999 by Drauzio Varella

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Projeto gráfico e capa:
Hélio de Almeida
sobre foto de André Brandão

Pesquisa iconográfica:
Silvana Jeha

Preparação:
Denise Pegorim

Revisão:
Carmen S. da Costa
Ana Maria Barbosa
Eliana Antonioli

Atualização ortográfica:
Página Viva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Varella, Drauzio, 1943 -
Estação Carandiru / Drauzio Varella. — São Paulo :
Companhia das Letras, 1999.

ISBN 978-85-7164-897-5

1. Penitenciária do Estado (São Paulo) 2. Prisioneiros -
Cuidados médicos - São Paulo (Estado) I. Título.

99-1873

CDD-365.66

Índice para catálogo sistemático:

1. Prisioneiros : Assistência : Problemas sociais 365.66

2010

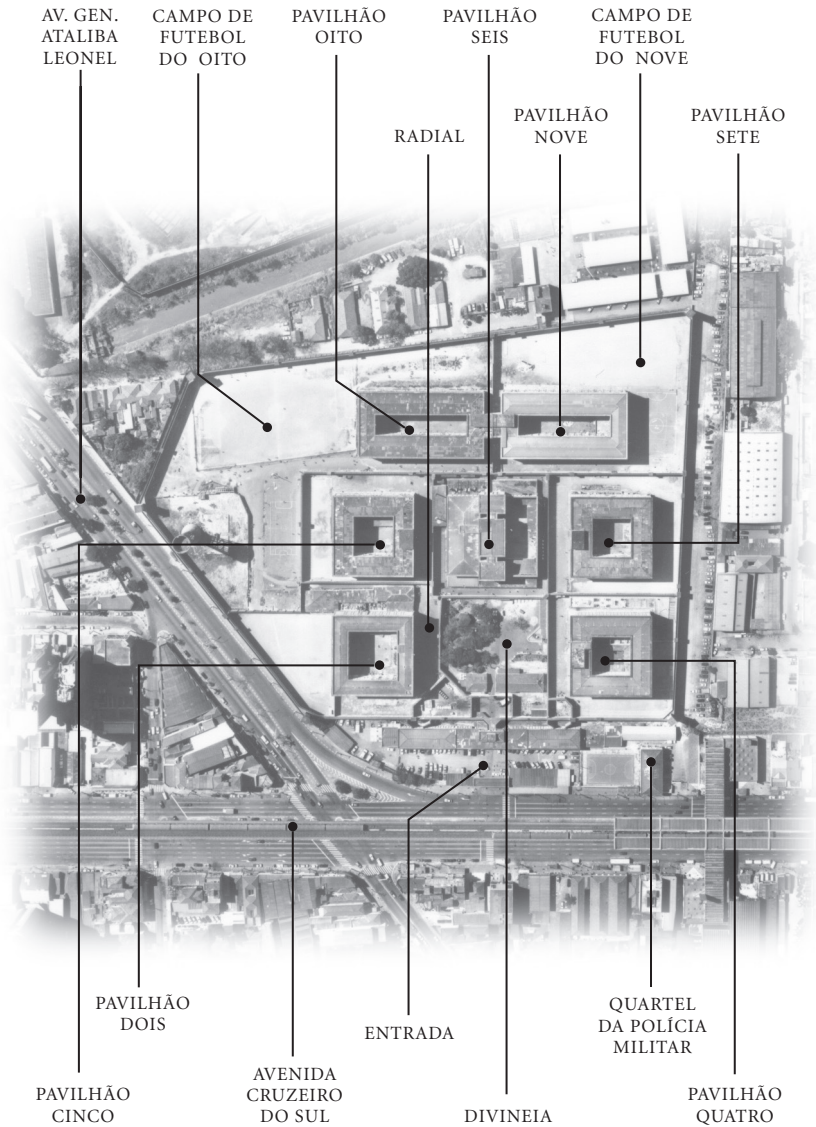
Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br

ÍNDICE

• Introdução, 9 • Estação Carandiru, 13 • O casarão, 18 • Os pavilhões, 21 • O barraco, 36 • Sol e lua, 44 • Fim de semana, 51 • Visitas íntimas, 60 • O baque, 64 • No cinema, 70 • Rita Cadillac, 76 • Atropelo na Divineia, 79 • Bem-vindo, 83 • O impacto, 86 • Biotônico Fontoura, 90 • Leptospirose, 95 • Anjos-demônios, 99 • Os funcionários, 105 • O rebanho, 117 • Amarelo, 121 • Tudo na colher, 129 • Para derrubar a malandragem, 132 • Na piolhagem, 136 • Ócio, 141 • Pena capital, 144 • Laranja, 148 • Sangue-bom, 152 • Travestis, 155 • Inocência, 158 • Ricardão, 160 • Quebra-Cabeça, 164 • Santão, 173 • Mulher, motel e gandaia, 176 • Maria-Louca, 182 • Miguel, 185 • Um abraço, 191 • Deusdete e Mané, 198 • Amor de mãe, 201 • Edelson, 205 • Lula, 209 • Margô Suely, 213 • Seu Chico, 217 • Cozinha Geral, 219 • Reencontro, 223 • Zé da Casa Verde, 226 • Neguinho, 231 • Manga, 237 • Seu Jeremias, 243 • Veronique, a Japonesa, 247 • Nego-Preto, 252 • Olho por olho, 258 • Paixão arrebatadora, 260 • Sem-Chance, 267 • Seu Valdomiro, 270 • O filho pródigo, 275 • Aprendiz de feiticeiro, 279 • O levante, 281 • O ataque, 286 • O rescaldo, 290 • Créditos fotográficos, 297

CASA DE DETENÇÃO



INTRODUÇÃO

Quando eu era pequeno, assistia eletrizado àqueles filmes de cadeia em branco e preto. Os prisioneiros vestiam uniforme e planejavam fugas de tirar o fôlego na cadeira do cinema.

Em 1989, vinte anos depois de formado médico onco-oncologista, fui gravar um vídeo sobre AIDS na enfermaria da Penitenciária do Estado, construção projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo nos anos 20, no complexo do Carandiru, em São Paulo. Quando entrei e a porta pesada bateu atrás de mim, senti um aperto na garganta igual ao das matinês do cine Rialto, no Brás.

Nas semanas que se seguiram, as imagens do presídio não me saíram da cabeça. Os presos na soleira das celas, o carcereiro com a barba por fazer, um PM de metralhadora distraído na muralha, ecos na galeria mal iluminada, o cheiro, a ginga da malandragem, tuberculose, caquexia, solidão e a figura calada do dr. Getúlio, meu ex-aluno no cursinho, que cuidava dos presos com AIDS.

Duas semanas depois, procurei o dr. Manoel Schechtman, responsável pelo departamento médico do sistema prisional, e me ofereci para fazer um trabalho voluntário de prevenção à AIDS. Na conversa, o dr. Manoel me explicou que a situação da epidemia na Penitenciária não era das piores se comparada à dos 7200 presos da Casa de Detenção, o maior presídio do país, situado no mesmo complexo, de frente para a movimentada avenida Cruzeiro do Sul, vizinho do metrô, a dez minutos da praça da Sé, quilômetro zero de São Paulo.

O trabalho começou em 1989 e dura até hoje. Com o apoio da Universidade Paulista/UNIP, uma instituição particular de São Paulo, fizemos pesquisas epidemiológicas sobre a prevalência do HIV, organizamos palestras, gravamos vídeos, editamos a revista em quadrinhos *O Vira Lata*, um Carlos Zéfiro dos anos 90 escrito por Paulo Garfunkel e desenhado por Líbero Malavoglia, e atendi doentes. Com os anos, ganhei confiança e pude andar com liberdade pela cadeia. Ouvi histórias, fiz amizades verdadeiras, aprendi medicina e muitas outras coisas. Na convivência, penetrei alguns mistérios da vida no cárcere, inacessíveis se eu não fosse médico.

Neste livro, procuro mostrar que a perda da liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam. Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés e bonobos), criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor:

— Entre nós, um crime jamais prescreve, doutor.

Pagar a dívida assumida, nunca delatar o companheiro, respeitar a visita alheia, não cobiçar a mulher do próximo, exercer a solidariedade e o altruísmo recíproco, conferem dignidade ao homem preso. O desrespeito é punido com desprezo social, castigo físico ou pena de morte:

— No mundo do crime, a palavra empenhada tem mais força do que um exército.

Não é objetivo deste livro denunciar um sistema penal antiquado, apontar soluções para a criminalidade brasileira ou defender direitos humanos de quem quer que seja. Como nos velhos filmes, procuro abrir uma trilha entre os personagens da cadeia: ladrões, estelionatários, traficantes, estupradores,

assassinos e o pequeno grupo de funcionários desarmados que toma conta deles.

A narrativa será interrompida pelos interlocutores, para que o leitor possa apreciar-lhes a fluência da linguagem, as figuras de estilo e as gírias que mais tarde ganham as ruas.

Por razões éticas, os casos descritos nem sempre se passaram com os personagens a que foram atribuídos. Como diz a malandragem:

— Numa cadeia, ninguém conhece a moradia da verdade.

ESTAÇÃO CARANDIRU

— Cadeia é um lugar povoado de maldade.

Pego o metrô no largo Santa Cecília, na direção Corinthians-Itaquera, e baldeio na Sé. Desço na estação Carandiru e saio à direita, na frente do quartel da PM. Ao fundo, a perder de vista, a muralha cinzenta com os postos de vigia. Vizinho do quartel abre-se um pórtico majestoso: CASA DE DETENÇÃO, em letras pretas.

O portão da rua leva a um pátio de estacionamento lotado de carros. Por ele circulam advogados, mulheres com sacolas e funcionários corpulentos de calça jeans que falam do trabalho, riem uns dos outros e mudam de assunto quando um estranho se aproxima. Há que cumprimentá-los com decisão; caso contrário, dá vontade de gritar de dor quando a mão é esmagada no aperto.

Trinta passos para dentro fica o predinho da Administração, fechado por um portão verde no qual se acha recortado um portãozinho para pedestres. Para entrar, não é necessário bater; basta aproximar a cabeça da janela do portãozinho que por telepatia o rosto do porteiro aparece mal iluminado, lá dentro.

A abertura obedece à velha rotina das cadeias, segundo a qual uma porta só pode ser aberta quando a anterior e a seguinte forem fechadas. É de boa educação esperar sem inúteis demonstrações de impaciência.

Ouçõ a batida do destranque e caio na Ratoeira, um átrio gradeado com dois guichês rasgados à esquerda, para o visitante

se identificar. De entre os guichês sai um corredor que dá acesso à sala do diretor-geral, ampla e cheia de luz. A mesa é antiga. Na parede atrás dela, uma foto do governador. Mais abaixo, um dos diretores, cadeeiro de muitos anos, afixou uma placa de cobre: “É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar preso na Casa de Detenção”.

Retorno à Ratoeira, espero abrir o portão interno e fico de frente para a muralha que circunda a cadeia, vigiada por policiais militares armados com submetralhadoras.

Passo para a Divineia, um pátio amplo em forma de funil. Na parte estreita fica a sala de Revista Corporal, parada obrigatória dos que entram, exceto médicos, diretores e advogados. Antes do acesso aos pavilhões, é preciso entrar nesta sala e levantar os braços diante dos revistadores, que se limitam a bater as mãos na cintura e na face lateral das coxas do revistado.

Revistar é outro ritual de cadeia.

Engana-se, no entanto, quem julga pura encenação tão mecânica revista: volta e meia alguém é flagrado com droga, vai preso e cumpre pena nas dependências do COC (Centro de Observação Criminal).

Uma vez, cinco presos do pavilhão Cinco, armados de facas, tomaram funcionários como reféns na Lavanderia, para conseguir transferência de presídio. A porta da cadeia ficou cheia de polícia e repórteres com câmeras. Um funcionário aproveitou a confusão para entrar com um quilo e meio de cocaína. Foi pego na Revista. Seu Jesus, diretor de Vigilância, ex-lutador profissional de luta livre, hoje pastor protestante, fez o que pôde para identificar o destinatário da encomenda:

— É melhor contar. Olha a tua situação, meu: de manhã, você chega no trabalho como chefe de família, respeitado; à tarde, sai daqui preso. Vai pegar cinco ou seis anos lá no COC.

Teus meninos, agora, são filhos de bandido. Tua esposa não é mais senhora de um servidor público, é mulher de malandro.

O apelo emocional foi de pouca valia para a Vigilância. O convívio, mestre persistente, havia ensinado ao carcereiro-trafficante o mandamento supremo da marginalidade:

— O Crime é silêncio.

Outro dia, um funcionário do pavilhão Oito, atarracado, de bigode, quis entrar com um pacote de crack amarrado à face interna das coxas. O revistador, que andava meio desconfiado, descobriu. Surpreendido, o rapaz atarracado saiu correndo para dentro da cadeia com o objetivo de atingir o Oito, no fundo do complexo, onde poderia contar com a ajuda dos proprietários da droga para se livrar do flagrante. Não atingiu o intento; na correria, foi derrubado pelos colegas.

Do lado da Revista fica a Copa da diretoria, construção recente executada pelos próprios presos. Um deles, quando a obra estava no final, fez questão de me mostrar o trabalho; com os olhos brilhando de orgulho, apontava as tábuas do teto caprichosamente alinhadas por ele e um companheiro estrábico que se perfilava a seu lado, balançando vigorosamente a cabeça em anuência completa às explicações do marceneiro-chefe. No final, apertei-lhes a mão em despedida. Só então escutei a voz empostada do ajudante:

— Reeducando Xavier às suas ordens, doutor.

A Divineia é cheia de movimento durante o dia. Tudo o que entra ou sai da cadeia passa obrigatoriamente por ela. Sem atravessá-la, só pulando a muralha ou cavando túnel. Caminhões descarregam comida, tijolos, madeira e material para o trabalho nos Patronatos, além de retirar toneladas de lixo. Humanamente impossível revistar tudo o que entra. Paralisaria o presídio.

É na Divineia o ponto final dos camburões que trazem os presos ou que os levam para fora: depoimentos no Fórum,

reconhecimento nos distritos ou transferência para outros presídios — procedimento chamado de “bonde”, na linguagem da cadeia. Os que chegam descem algemados pela porta de trás do camburão, ofuscados pela luz repentina. À noite, com a Divineia escura, a cena de chegada na cadeia provoca melancolia.

A Detenção tem mais gente do que muita cidade. São mais de 7 mil homens, o dobro ou o triplo do número previsto nos anos 50, quando foram construídos os primeiros pavilhões. Nas piores fases, o presídio chegou a conter 9 mil pessoas.

Como o trabalho de carga e descarga fica por conta dos detentos, é na Divineia o meu primeiro contato com eles. Fácilmo reconhecê-los, basta olhar para a calça de cor bege, uniforme obrigatório. Paletó é proibido, o cabelo tem que estar curto. Não podem andar descalços, de peito nu ou a barba por fazer. Camisa, malha e blusão são livres. A camiseta é soberana. A alvinegra do Esporte Club Corinthians Paulista é disparado a mais popular, bate as do Palmeiras, São Paulo e Santos somadas. Em época de Copa, a da seleção tinge os corredores de canário, depois rareia e desaparece. Camiseta-propaganda de político ninguém usa, pega mal no ambiente.

Em minha direção vem um malandro desdentado, na ginga, sandália de dedo e uma T-shirt impecável da New York University:

- Chegando, doutor?
- Estou. Como foi o fim de semana?
- Suave.

Na parte ampla do funil que é a Divineia, o pátio é fechado por um paredão com figuras natalinas pintadas anos atrás: um pastorzinho contra o céu estrelado, montanhas com neve e três ovelhinhas bondosas. Atrás delas, erguem-se os andares superiores do pavilhão Seis, central.

Do lado esquerdo da Divineia, há um bosque com macaquinhos nos galhos e um coreto inútil. Entre as árvores, um caminho asfaltado leva ao portão que conduz aos pavilhões Dois, Cinco e Oito.

Do lado oposto, vizinho à Copa da diretoria, há um canteiro de flores e uma fontezinha assentada num receptáculo de caco de cerâmica, no qual um dia nadaram peixinhos ornamentais.

A fonte é despojada: três discos revestidos com azulejos azuis, de diâmetros crescentes do topo para baixo, concêntricos em torno de um eixo de concreto. Do disco superior, escorre sobre os outros um minguado fio de água, exausto para a tarefa de projetar-se ao alto e na queda oxigenar a água em que viveram os peixinhos, conforme a concepção original. É uma obra que não faz justiça à tradição brasileira no campo dos chafarizes.

Deste lado, em posição simétrica à que dá acesso ao Dois, entre o jardim caipira e a fonte, fica o portão de entrada para os pavilhões do lado direito da cadeia: o da frente é o Quatro, depois vêm o Sete e o Nove. No último andar do Quatro está situada a enfermaria, local de muitas histórias contadas neste livro.

O CASARÃO

A Detenção é um presídio velho e malconservado. Os pavilhões são prédios cinzentos de cinco andares (contado o térreo como primeiro), quadrados, com um pátio interno, central, e a área externa com a quadra e o campinho de futebol.

As celas ficam de ambos os lados de um corredor — universalmente chamado de “galeria” — que faz a volta completa no andar, de modo que as de dentro, lado I, têm janelas que dão para o pátio interno e as outras para a face externa do prédio, lado E.

Paredes altas separam os pavilhões, e um caminho asfaltado, amplo, conhecido como “Radial”, por analogia à movimentada avenida da zona leste da cidade, faz a ligação entre eles.

O portão de entrada dos pavilhões é guardado por um funcionário sem armas nem uniforme. Para diferenciá-los dos presos, os carcereiros vestem calça escura ou jeans. É proibido entrar no presídio com armas, exceção feita ao temido pelotão de Choque da PM, nos dias de revista geral.

As celas são abertas pela manhã e trancadas no final da tarde. Durante o dia, os presos movimentam-se com liberdade pelo pátio e pelos corredores. Cerca de mil detentos possuem cartões de trânsito para circular entre os pavilhões. São faxineiros, carregadores, carteiros, estafetas, burocratas, gente que conta com a confiança da administração, além daqueles que os conseguem por meios ilícitos. Para os funcionários, esse passa-passa torna a cadeia incontrolável, e, se cada pa-

vilhão pudesse ser isolado como unidade autônoma, ficaria mais fácil vigiar.

Por segurança, a entrada do pavilhão é gradeada em forma de uma gaiola constituída pela porta externa e pelas internas, que bloqueiam o acesso à escada e à galeria do térreo. O mesmo sistema de gaiolas repete-se na entrada de todos os andares. Com as gaiolas trancadas, quem vem pela galeria é obrigado a abrir duas portas para ter acesso à escada do andar e, ao atingir o térreo, outras duas, na gaiola de baixo, para sair do pavilhão. Não há portas elétricas como nos filmes: o abre e fecha é no braço.

No folclore do Casarão há muitas menções às “ruas Dez”, palcos tradicionais de disputas violentas. Na verdade, rua Dez nada mais é do que o trecho da galeria oposto à gaiola de entrada do andar, do outro lado do quadrado, longe da visão dos guardas, que, para atingi-la, são obrigados a percorrer as galerias laterais, onde ficam expostos à visão dos “olheiros” estrategicamente dispostos nas duas esquinas da Dez, nos momentos mais agudos.

Não há briga de soco na rua Dez, paulada e facada é que acertam diferenças sob o olhar excitado dos circunstantes. O perdedor, quando sai vivo, desce para a Carceragem e pede transferência de pavilhão, geralmente para o Cinco. O adversário melhora a posição no ranking. Outras vezes, o condenado à morte é atraído para lá e esfaqueado por um grupo de composição variável. Nessas situações, há quem aproveite para dar um golpe a mais mesmo em alguém que nenhum mal lhe causou.

O velho Jeremias, de carapinha branca, sobrevivente de quinze rebeliões e pai de dezoito filhos com a mesma mulher, não considera a valentia o ponto forte dos agressores:

— Tantos anos na cadeia, doutor, e nunca vi ninguém matar alguém sozinho. Chega a juntar vinte, trinta, para meter

a bicuda naquele que vai morrer. Pode ser forte que for, não tem defesa. A cadeia perversa a mente do sentenciado num tanto tal, que o cara está levando os golpes e muitos que não têm nada a ver com a fita pegam carona na desgraça do alheio e soltam a faca também, só de maldade. Isso aqui, é a maior covardia!

No térreo dos pavilhões ficam os setores de apoio: eletricidade, hidráulica, uma sala de atendimento médico, a Carceragem com os arquivos dos presos, a escolinha e as igrejas. Em cima das mesas não há computadores, apenas máquinas de escrever. Diante delas, sentam-se funcionários auxiliados por equipes de detentos encarregados da burocracia. Na parede, invariavelmente, há um quadro-negro com os dados numéricos do pavilhão. O fluxo de transferências e libertações é intenso.

A população da Casa é móvel: cerca de 3 mil homens são libertados ou transferidos anualmente. Construída para albergar apenas presos à espera de julgamento, a Detenção transformou-se numa prisão geral. Ao lado de ladrões primários condenados a poucos meses, ali cumprem pena criminosos condenados a mais de um século.